

#Juv Rural



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

Apresentação

O governo brasileiro vem construindo um conjunto de políticas públicas para garantir os direitos das e dos jovens. Entre elas, destacam-se a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, em 2005, e a promulgação, em 2013, do Estatuto da Juventude, que reconhece as juventudes como sujeitos de direitos e estabelece as diretrizes e princípios do Sistema Nacional de Juventude.

O processo de construção destas políticas contou com a participação da sociedade civil organizada: foram realizadas três Conferências Nacionais das Juventudes, as quais expressaram os anseios das e dos jovens brasileiros em sua diversidade. A partir da incidência política dos movimentos sociais e das organizações juvenis, as e os jovens rurais ganharam espaço no governo, em especial no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação da Assessoria de Juventude do MDA, com o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf) e com ações de proposição, implementação e monitoramento de políticas públicas específicas.

Entretanto, a despeito das melhorias vivenciadas pelas populações do campo, das florestas e das águas nos últimos anos, muitos jovens continuam a migrar para as cidades – mesmo que em dinâmicas sazonais – em busca de renda e melhor qualidade de vida. Esse esvaziamento do campo

apresenta-se como um sério risco à continuidade da produção agrícola familiar e, conseqüentemente, à oferta de alimentos saudáveis para o conjunto da população brasileira. Sendo assim, não é demais dizer que a questão da sucessão rural na agricultura familiar tem relação direta com a segurança e a soberania alimentar de nosso país. Ouso afirmar que esta relação também se estende às soberanias hídrica e energética, uma vez que, como sabemos, é o modelo da agricultura familiar que combina produção, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação dos biomas e da vida.

Demanda histórica dos movimentos sociais do campo, este Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural tem como desafio articular as políticas públicas atualmente existentes no Governo Federal e elaborar novas políticas que promovam qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda e efetivação dos direitos das juventudes do campo, das florestas e das águas, criando condições para a sua permanência no campo e sua emancipação sócio econômica e política.

Ao dar este passo, estamos avançando na direção do cumprimento da função social da terra e garantindo que as gerações futuras desfrutem de um país com menos desigualdade entre estratos sociais e entre o campo e a cidade.

Patrus Ananias
Ministro do Desenvolvimento Agrário

“ *A argila fundamental de nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber a bandeira de nossas mãos.*

Che Guevara ”



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Os jovens identificados sob o termo guarda chuva “juventude rural” são bastante diversos. São pessoas entre 15 e 29 anos (Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013), mulheres e homens, da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros. São jovens do campo, das florestas e das águas, que segundo o IBGE (2010) somam 8 milhões de pessoas e cerca de 27% da população rural brasileira.

Contudo, a realidade certamente é outra sob o olhar do que vem sendo definida como a nova ruralidade brasileira. De acordo com a recente pesquisa do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA/OEA), realizada em parceria com o Governo Federal, numa perspectiva de um rural ampliado, reestimou-se a população jovem rural em cerca de 20 milhões de pessoas. São jovens que vivem nas zonas rurais tidas como clássicas (nos perímetros rurais definidos pelas Câmaras de Vereadores de cada município), e nos pequenos municípios, de características marcadamente rurais – com população inferior a 20 mil habitantes –, que representam cerca de 70% dos municípios brasileiros. Há ainda as/os jovens que vivem na transição, que migram para trabalhar e retornam às zonas rurais com frequência sazonal.

São jovens que precisam lidar com a invisibilidade da juventude nos espaços decisórios do rural (família, associações, cooperativas, sindicatos, colegiados territoriais, etc.), frequentemente submetidos a relações de poder patriarcais e machistas, com consequências negativas sobre a vida das jovens mulheres e dxs jovens LGBT. No campo da juventude, por sua vez, disputam espaço e pautas com jovens das cidades e lutam pela superação da visão preconceituosa que identifica o rural como residual, atrasado e sem perspectivas. Isto é, são sujeitos de direitos em luta por um lugar no campo das juventudes.





Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Uma das principais, se não a principal questão colocada para a ruralidade – não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo – diz respeito às condições de permanência da juventude no campo. As taxas de êxodo rural no Brasil reduziram o ritmo de crescimento nos últimos anos, mas ainda são positivas. Isto é, a migração campo-cidade ainda é um componente importante da dinâmica demográfica brasileira. Dentre os brasileiros e brasileiras que migram para as cidades a grande maioria é composta de jovens, que se veem sem perspectiva de geração de renda e qualidade de vida no espaço rural. Entre 2000 e 2010, cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural; destas, 1 milhão são jovens, conforme dados do Censo/IBGE.

O debate sobre as condições de permanência da juventude no campo tem sido conceitualmente condensado pela literatura e pelas organizações da sociedade civil no termo sucessão rural. A problematização deste conceito abriga discussões relativas à sucessão das propriedades familiares (filhos/as se tornarem proprietários das propriedades de seus pais/mães e/ou se tornarem proprietários de outra propriedade) e à sucessão profissional das/os agricultores (filhos/as continuarem a exercer a profissão de agricultor/a). No caso da agricultura familiar e camponesa, a questão da sucessão tem, portanto, implicações diretas sobre as condições de reprodução deste modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Assim, a dimensão da sucessão torna-se chave para a dinâmica socioeconômica e cultural do rural brasileiro, na medida em que o esvaziamento do campo acaba por dar prazo de validade ao modelo familiar e camponês de desenvolvimento rural. Impacta diretamente também as cidades, com as consequências já conhecidas de inchaço dos centros urbanos e alteração análoga de suas dinâmicas socioeconômicas e culturais.





Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

Do ponto de vista do projeto nacional, sem uma política voltada para o enfrentamento da vulnerabilidade da juventude rural e para a garantia de condições para que ela permaneça no campo, em pouco mais de um par de décadas o Brasil irá enfrentar, por exemplo, problemas de abastecimento alimentar, segurança hídrica e energética. Já do ponto de vista sociocultural e ambiental, a ameaça recai sobre nosso rico patrimônio natural e imaterial.

Para que este Plano alcance êxito, são necessárias ações efetivas nas múltiplas causas do êxodo rural das juventudes. O acesso à terra e ao território é a demanda mais premente da população jovem do campo, das águas e das florestas, podendo ser garantido por diferentes instrumentos, como a Reforma Agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas. Em relação à garantia do direito a terra por meio da Reforma Agrária, verifica-se que de 2010 a 2014, nos novos assentamentos criados neste período, em média 40 % de seus assentados e assentadas são jovens. Com o Crédito Fundiário o percentual de jovens beneficiárias/os é muito próximo ao da reforma agrária: entre 2003 e 2015, 39% do público do PNCF era jovem.

As iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda devem contemplar tanto as atividades estritamente agrícolas quanto as atividades não agrícolas, como o

turismo rural, a ecogastronomia e a oferta de serviços em geral no campo. Além disso, são necessárias ações que fortaleçam os empreendimentos coletivos da juventude e que facilitem o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tem centralidade no Plano a dimensão agroecológica, que promove o encontro dos saberes e conhecimentos tradicional e científico a partir de uma relação holística, gerando alimentos saudáveis e diversificados, vida e desenvolvimento, que prima por uma relação saudável com a natureza, em especial com os rios e mananciais, e por relações sociais e de trabalho dignas.

Sem que sejam enfrentados os gargalos da educação no e do campo não é possível garantir a dignidade da vida no campo. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 determina que “especial atenção deve ser dada a políticas públicas de educação no campo e de juventude que possibilitem a jovens agricultores e familiares, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação da escolaridade em ensino fundamental com qualificação inicial, respeitando as especificidades dos povos do campo”. Neste quesito, é preciso fomentar a consolidação e a ampliação dos princípios da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo em todos os níveis e modalidades de ensino.



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

É fundamental que as ações deste Plano estejam em sintonia com a abordagem territorial de desenvolvimento rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nela, o rural é percebido como espaço de potencialidades em todas as dimensões do desenvolvimento. E o território não se resume a espaço físico, mas de relações sociais, econômicas, ambientais e de construção de identidades, marcado por concertações, mas também por conflitos e desigualdades internas, que devem balizar o desenho e as estratégias de implementação articulada das políticas públicas. Por este motivo, a abordagem territorial se efetiva pela afirmação da democracia participativa como forma da gestão do desenvolvimento rural, tendo como ambientes privilegiados e inovadores os Colegiados Territoriais. As juventudes do campo, das águas e das florestas precisam cada vez mais se ver representadas nesses e em outros espaços de gestão social das políticas públicas, daí a importância deste Plano em provocar a adoção de cotas de participação da juventude nesses espaços e, em especial, o fortalecimento de Comitês Territoriais de Juventude e de redes de juventude rural.

Por fim, o Plano visa promover o acesso da juventude a políticas, bens e serviços públicos que garantam condições dignas, perspectivas e oportunidades para uma vida feliz. O acesso à fruição e à produção cultural nos territórios é fundamental para a afirmação das identidades territoriais e tem, cada vez mais, importante potencial de geração de renda. As políticas de acesso aos serviços de radiodifusão, com ênfase nas rádios comunitárias e de inclusão digital visam garantir o acesso à internet banda larga, contribuindo para a produção e difusão do conhecimento, a divulgação de políticas públicas e mercados, o fortalecimento das ações de Educação à Distância e o fomento à estruturação de redes entre as juventudes do campo, florestas e águas. Com relação à saúde, serviços de atenção básica e de infraestrutura e ações voltadas ao combate ao uso de agrotóxicos assumem centralidade no Plano.





Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

Construção participativa do Plano

O *Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural* começou a ser construído pelo Comitê de Juventude do Condráf no primeiro semestre de 2015; em junho daquele ano o pleno do Conselho aprovou a Resolução n. 105 resolvendo “que o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural do Condráf é o espaço privilegiado de discussão do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural no Condráf”. Toda a agenda subsequente do Comitê passou a orientar-se para essa construção, na esteira da 3ª Conferência Nacional de Juventude (#3ConfJuv).

A #3ConfJuv também foi intensamente estimulada e aproveitada pelo MDA para tornar-se um espaço de consulta pública legítimo das ações que viriam a compor o Plano. Incentivamos a realização das etapas territoriais da conferência, que ocorreram em 130 territórios rurais de todas as regiões do país. Passando pelas etapas estaduais, as/os delegadas/os rurais vieram para a etapa nacional em Brasília (dez/2015) com acúmulo e força para aprovar diversas propostas do campo, florestas e águas nos GTs e na plenária final. Além disso, pautas e documentos da sociedade civil produzidos nos últimos anos foram analisados e, ao final, mais de duas mil propostas das juventudes foram sistematizadas e compuseram o rol de materiais que subsidiaram a construção deste Plano. Por fim, em fevereiro de 2016, lideranças jovens dos movimentos sociais do campo de todas as regiões do país se reuniram em Brasília para formularem e priorizarem propostas na Oficina de Diálogos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Este é, portanto, o resultado de um intenso diálogo com a sociedade civil e de esforços de coleta de dados sobre o perfil da juventude rural brasileira, bem como sobre o alcance das políticas públicas de juventude rural do governo federal, com destaque para o MDA/Inkra.





Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

O Plano

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural foi elaborado à luz de todas essas questões e desafios. Construído a muitas mãos, o Plano constitui-se em um passo da caminhada que já vem há muito sendo trilhada por milhões de jovens do campo, das florestas e das águas no Brasil.

Materializado em Decreto Presidencial, o Plano conta com a participação de 8 (oito) ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério das Comunicações; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério do Meio Ambiente; e Ministério da Saúde.

As ações distribuem-se em cinco eixos temáticos:

- Terra e Território
- Trabalho e Renda
- Educação do campo
- Qualidade de Vida
- Participação, comunicação e democracia

O conjunto das ações orienta-se por cinco diretrizes fundamentais: i) garantia dos direitos sociais e da juventude; ii) garantia de acesso a serviços públicos e às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; iii) estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais; iv) valorização das identidades e diversidades individual e coletiva da juventude rural; e v) atuação transparente, democrática, participativa e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade.

Articuladas a estas diretrizes, as ações do Plano têm por objetivo: ampliar o acesso da juventude do campo, das florestas e das águas aos serviços públicos; propiciar o acesso à terra e às oportunidades de trabalho e renda, por meio de inclusão produtiva; e ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios, especialmente das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária.

As ações do Plano acompanham o Plano Plurianual (PPA 2016-2019) e deverão ser revisadas e atualizadas ao final deste período. Sua abrangência é nacional, devendo ser realizadas iniciativas com os demais entes federados para a articulação de ações nos âmbitos municipal e estadual.



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

Desafios

A amplitude e o escopo dos temas ligados à sucessão rural dão a dimensão do desafio que o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural visa enfrentar. Esta carta de políticas públicas, elaborada a muitas mãos, com intensa participação da sociedade civil, visa dar conta de enfrentar na integralidade os desafios relativos à promoção da autonomia e da emancipação das e dos jovens rurais em seus territórios; de reduzir as desigualdades entre jovens da cidade e do campo em relação ao acesso aos bens e serviços públicos de qualidade; e de garantir o direito à participação da juventude nos espaços decisórios e de formulação e avaliação das políticas públicas.

Para que as diretrizes e os objetivos do Plano sejam alcançados, é necessário que haja maior interação e integração possível das ações nos territórios. Ações nas dimensões que perpassam os cinco eixos e articuladas entre os governos municipal, estadual e federal. A transversalidade entre os públicos específicos merece atenção especial, as jovens mulheres e as/os jovens de povos e comunidades tradicionais exigem ações e política específicas. Parte delas encontram-se expressas no Plano; outras, motivadas pelo Plano devem ser fomentadas por estados, municípios, territórios ou coletivos de jovens.

Sabemos que o desafio da promoção da sucessão rural é maior e extrapola as questões típicas das políticas públicas, ou seja, extrapola o horizonte de atuação do Estado. Questões relativas às relações de poder nas famílias, associações e cooperativas, sindicatos, colegiados territoriais e demais espaços e fóruns são também decisivas. Assim como a valorização da cultura, dos conhecimentos e saberes, dos hábitos e costumes rurais e de seu reconhecimento pelo conjunto da sociedade contribuem para que a juventude do campo, das florestas e das águas também valorize seus espaços e seus povos. Nesse sentido, o eixo da *Participação, comunicação e democracia* assume caráter transversal e busca atuar e transformar em terrenos e práticas complementares às políticas públicas dos demais eixos.





Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Apresentação

Quem são as juventudes do campo, das águas e das florestas?

Por que precisamos enfrentar o desafio da promoção da sucessão rural?

Construção participativa do Plano

O Plano

Desafios

Matriz de Ações

A continuidade do modelo de desenvolvimento sustentável e solidário em construção no Brasil depende do envolvimento e da participação ativa da juventude. O papel da juventude não é, contudo, apenas garantir a reprodução da agricultura familiar, das tradições e dos costumes. O aspecto da descontinuidade, da transformação dos espaços rurais, da ampliação e da diversificação da vida também cabe a estas juventudes.

Qual campo queremos? Qual campo a juventude quer? Estas são perguntas que precisam ser respondidas pelas/os próprias/os jovens, em sintonia com as buscas e sonhos de cada uma/um.

O êxito integral do Plano depende fortemente do grau de (re) conhecimento, apropriação e (re) significação que as ações aqui expressas terão entre jovens de todos os territórios do Brasil, assentamentos, propriedades da agricultura familiar, escolas rurais e centros de formação por alternância, sindicatos rurais, organizações da sociedade civil, colegiados territoriais, etc.

A força e a materialidade do *Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural* dependem da sua disseminação e apropriação por todas/os e cada jovem do campo, das florestas e das águas do Brasil.





Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
--------------------	------------------	-------------------	-------------------	--

Objetivo: Ampliar o acesso de jovens solteiras/os e famílias de jovens à terra por meio da desapropriação por interesse social, do Programa Nacional de Crédito Fundiário e demais formas de obtenção de terras.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Reforma Agrária	Destinar 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero.	Percentual de jovens nos novos lotes da reforma agrária	INCRA
	Alterar normativo do INCRA possibilitando a priorização da juventude, incluindo jovens solteiras/os.	Normativo alterado	INCRA
	Priorizar a destinação dos lotes retomados em assentamentos constituídos para as/os jovens das famílias assentadas.	Normativo alterado	INCRA
	Normatizar a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiras/os.	Normativo criado	INCRA
Demarcação de terras quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais	Delimitar, demarcar e regularizar as terras quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.	Nº de terras quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais demarcadas	INCRA, FUNAI, MMIRJDH e MMA
Crédito Fundiário	Ampliar o acesso da juventude ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, garantindo que 50% dos contratos sejam celebrados por jovens, incluindo as/os jovens solteiras/os.	Nº de jovens beneficiárias/os dividido por total de beneficiárias/os	SRA/MDA
Regularização fundiária	Regularizar as terras das/os jovens por meio das políticas de regularização fundiária.	Nº de lotes regularizados	SRA/MDA
	Facilitar a transferência de propriedade para herdeiras/os com redução/isenção de taxas cartoriais e impostos.	Normativo específico criado para herdeiras/os da Agricultura Familiar	Casa Civil, Anoreg e MDA



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
--------------------	------------------	-------------------	-------------------	--

Objetivo: Ampliar e qualificar os serviços de ATER, promovendo a inovação, a sustentabilidade, a geração e a socialização de conhecimentos em sistemas de produção agroecológica.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso à ATER	Atender 25% de jovens nas Chamadas de ATER/ATES, incluindo as específicas de mulheres e PCTs.	Percentual de jovens atendidas/os por Chamada	MDA e INCRA
	Atender 80 mil jovens da agricultura familiar com ATER específica para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero.	Nº de jovens agricultoras/es atendidas/os	SAF/MDA
Qualificar ATER	Garantir cota de 30% de jovens nas equipes de extensão contratadas nas Chamadas de ATER/ATES.	Percentual de jovens nas equipes de extensão	MDA e INCRA
	Capacitar, no mínimo, um/a agente de ATER por estado para o tema do crédito para a juventude, preferencialmente do quadro técnico das empresas públicas de ATER.	Nº de agentes capacitadas/os	SAF/MDA

Objetivo: Promover a organização produtiva da juventude rural por meio do fortalecimento do associativismo e cooperativismo, da agroindustrialização, do acesso ao crédito, da inserção em mercados públicos e privados, da diversificação das atividades e da garantia de trabalho decente.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso à DAP	Ampliar o número de jovens com DAP, priorizando mulheres e PCTs.	Nº de jovens com DAP	SAF/MDA
	Realizar mutirões de emissão de DAP nos territórios rurais, priorizando os jovens.	Nº de DAPs emitidas por mutirão	SAF/MDA, DPMR/MDA, CGPCT/MDA e MMIRJDH
	Adequar portaria da DAP de forma a desburocratizar o acesso da juventude as políticas públicas.	Portaria alterada	SAF/MDA



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável	
Agroecologia	Realizar premiação e divulgação de boas práticas da juventude na agroecologia.	Premiação realizada e boas práticas divulgadas	SAF/MDA	
	Garantir crédito fomento para juventude desenvolver atividades produtivas de matriz agroecológica, como: a diversificação da produção, os sistemas agroflorestais, os bancos de sementes crioulas, o cultivo fitoterápico, entre outras atividades.	Nº de créditos fomento destinados as atividades agroecológicas	SAF/MDA	
Acesso aos mercados	Priorizar no PNAE a compra de alimentos oriundos de organizações que tenham maior participação de jovens em seu quadro social, por meio da alteração do Inciso I, §2º, Art.25 da Resolução CD/FNDE nº 4/2015, conferindo prioridade às organizações que tenham 50 % de jovens em seu quadro social.	Resolução alterada	SAF/MDA e Comitê do FNDE	
	Ampliar o acesso da juventude ao PNAE.	Percentual da participação de jovens no PNAE	SAF/MDA e Comitê Gestor do FNDE	
	Ampliar o acesso da juventude ao PAA.	Percentual da participação de jovens no PAA	SAF/MDA e Comitê Gestor do PAA	
Acesso ao crédito	Ampliar a metodologia do Micro Crédito Orientado para a linha do Pronaf Jovem.	MCO implementado na linha Pronaf Jovem	SAF/MDA	
	Beneficiar 280.000 jovens com crédito PRONAF até 2018.	Nº de jovens beneficiárias/os do Pronaf	SAF/MDA	
Diversificação da produção	Apoio à formação de bancos de sementes crioulas pela juventude rural (Programa de Sementes e Mudanças).	Nº de bancos de sementes apoiados	SAF/MDA	
Infraestrutura	Ampliar o apoio para projetos de infraestrutura produtiva e de comercialização para a juventude.	Nº de projetos da juventude de infraestrutura produtiva e de comercialização apoiados	SDT/MDA, BNDES, FBB, Senaes/MTPS	



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável	
Aprendizagem profissional	Fomentar a Aprendizagem Profissional nos territórios rurais, envolvendo os Colegiados Territoriais na mobilização e pactuação da oferta de vagas, garantindo que a aprendizagem prática seja exercida nos empreendimentos da agricultura familiar e, a aprendizagem teórica, norteie-se pelos princípios da pedagogia da alternância.	Aprendizagem profissional fomentada	MTPS	
Economia solidária	Apoiar a organização de cooperativas/associações de jovens rurais por meio de edital específico que contemple recursos de custeio e investimento e qualificação para a gestão de empreendimentos coletivos.	Nº de associações/cooperativas de jovens rurais apoiadas	MMIRJDH, BNDES e FBB	
	Apoiar a estruturação de redes de economia solidária de jovens rurais por meio de edital em parceria com Senaes/MTPS.	Nº de redes de economia solidária apoiadas	MDA e Senaes/MTPS	
	Promover a ampliação e divulgação do SIPAF (Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar) em empreendimentos coletivos da juventude rural.	Nº de associações / cooperativas da juventude com SIPAF	SAF/MDA	
	Estimular a participação de jovens nas diretorias das cooperativas/ associações acompanhadas pelo Programa Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar (Cooperaf).	Percentual de jovens nas diretorias das cooperativas/ associações acompanhadas pelo Cooperaf	SAF/MDA	
	Ofertar cursos de capacitação em organização e gestão de associações, cooperativas e elaboração de projetos.	Nº de cursos de capacitação em organização e gestão de associações/ cooperativas e elaboração de projetos ofertados	SAF/MDA e INCRA	



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
--------------------	------------------	--------------------------	-------------------	--

Objetivo: Ampliar e qualificar a oferta da educação em todos os níveis e modalidades de ensino para a juventude rural nas respectivas comunidades, respeitando os princípios da educação do campo e pedagogia da alternância, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento, de forma a atender às especificidades dessas comunidades.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso à educação	Atender 15 mil jovens, por meio de editais do Pronera, em parceria com Universidades/Escolas Técnicas.	Nº de jovens atendidas/os	INCRA
Acesso à educação profissional	Ampliar o número de jovens matriculadas/os no Pronatec Campo.	Nº de jovens matriculadas/os no Pronatec Campo	MDA e MEC
	Alterar normativo legal de forma a reconhecer as CEFFAs como instituições públicas.	Marco legal alterado	MDA, MEC e Congresso
	Reconhecer as CEFFAs como ofertantes do Pronatec Campo.	Marco legal Pronatec Campo alterado	MDA e MEC
Infraestrutura educacional	Lançar edital do Proinf voltado à reforma e construção das CEFFAs nos territórios rurais.	Nº de CEFFAs reformadas por meio do Proinf	SDT/MDA



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
--------------------	------------------	-------------------	-------------------	--

Objetivo: Garantir o acesso à habitação rural, à mobilidade e aos meios de comunicação nos espaços da agricultura familiar e da reforma agrária.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso aos meios de comunicação	Atender 11.000 áreas de vulnerabilidade digital com acesso à internet pelo Programa GESAC.	Nº de áreas de vulnerabilidade digital atendidas	MiniCom

Objetivo: Promover a equidade em saúde da juventude rural por meio da ampliação da atenção básica, do aperfeiçoamento da urgência e emergência e da redução dos riscos e agravos à saúde decorrentes dos processos de trabalho.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Combate ao uso dos agrotóxicos	Promover campanhas continuadas e permanentes sobre os danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas escolas do campo, tendo a/o jovem rural como protagonista.	Nº de campanhas realizadas	MDA e MMA

Objetivo: Promover a cultura e o esporte no meio rural, garantindo o acesso e a fruição à cultura, as condições para a produção cultural protagonizada por jovens rurais; e a estrutura e o incentivo às práticas esportivas e de lazer, como forma de promoção da qualidade de vida e do coletivismo, a partir da abordagem territorial.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Infraestrutura de cultura	Apoiar e expandir os Pontos de Cultura nas áreas rurais.	Nº de Pontos de Cultura em áreas rurais criados e apoiados	MDA e MinC
Acesso a bens culturais	Ampliação do Programa Arca de Letras.	Nº de Arcas das Letras implantadas	SRA/MDA
Redes de cultura	Apoiar a estruturação de redes de cultura de jovens rurais por meio de edital.	Nº de redes de cultura apoiadas	MDA e MinC



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
--------------------	------------------	-------------------	-------------------	--

Objetivo: Promover e valorizar a participação social e política das/os jovens rurais na formulação, execução, avaliação, monitoramento e controle social das políticas públicas, a partir da abordagem territorial, garantindo a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Participação nos espaços de decisão	Assegurar a cota mínima de 20% (vinte por cento) de jovens no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf).	Percentual de jovens no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	MDA e Sociedade Civil
	Assegurar 2 (duas) vagas para entidades da juventude rural no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf).	Nº de vagas para entidades da juventude rural	MDA e Sociedade Civil
	Assegurar a cota mínima de 20% (vinte por cento) de jovens nas seções nacionais da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF).	Percentual de jovens nas seções nacionais da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF)	MDA, REAF e Sociedade Civil
Troca de experiências	Promover e fomentar a realização de intercâmbios entre jovens rurais voltados à troca de experiências e de informações sobre práticas agroecológicas.	Nº de intercâmbios realizados	MDA
	Promover intercâmbios entre grupos de jovens de comunidades diferentes e entre o campo e a cidade, proporcionando a troca de experiências.	Nº de intercâmbios realizados	MDA
	Promover intercâmbios de troca de experiências entre as/os jovens rurais latino americanos e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	Nº de intercâmbios realizados	MDA, REAF e CPLP
Organização da Juventude nos Territórios Rurais	Assegurar a cota mínima de 20% (vinte por cento) de jovens em todas as instâncias colegiadas.	Percentual de jovens nos Conselhos Colegiados Territoriais	SDT/MDA e Sociedade Civil
	Assegurar o funcionamento de Comitês de Juventude Rural, em todos os Colegiados Territoriais, vinculados ao Programa Territórios Rurais e da Cidadania.	Nº de Comitês de Juventude Rural em funcionamento	SDT/MDA
	Fomentar a atuação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) com a juventude rural.	Nº de NEDETs atuando com a juventude rural	SDT/MDA



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Matriz de Ações

TERRA E TERRITÓRIO	TRABALHO E RENDA	EDUCAÇÃO NO CAMPO	QUALIDADE DE VIDA	PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRÁCIA
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável	
Organização da Juventude nos Territórios Rurais	Realizar premiação e divulgação de boas práticas da juventude nos territórios.	Premiação realizada e boas práticas divulgadas	SDT/MDA	
	Realizar primeiro Encontro Nacional da Juventude dos Territórios.	Encontro realizado	SDT/MDA	
Organização da Juventude Rural	Realizar primeiro Encontro Nacional de Mulheres Jovens Rurais.	Encontro realizado	MDA e MMIRJDH	
	Realizar primeiro Encontro Nacional da Juventude de Povos e Comunidades Tradicionais.	Encontro realizado		
	Realizar primeiro Encontro Nacional da Juventude Rural dos Pontos de Cultura.	Encontro realizado	MDA e MinC	
Produção e disseminação da Informação	Realizar estudo sobre Juventude Rural e Padrões Sucessórios.	Estudo realizado	MDA e IICA	
	Realizar estudo sobre Juventude Rural e Meio Ambiente.	Estudo realizado	MMA	
	Realizar estudo sobre Juventude Rural LGBT.	Estudo realizado	MDA e MMIRJDH	
Produção e disseminação da Informação	Construir indicadores sobre juventude rural com foco no diagnóstico, monitoramento e avaliação das proposições deste Plano.	Nº de indicadores criados, acompanhados e avaliados	MDA e INCRA	
	Divulgar informações de políticas, editais e materiais sobre juventude e desenvolvimento rural por meio de aplicativo e das mídias sociais.	Aplicativo criado e informações disseminadas pelas redes sociais	MDA	
	Produzir cartilhas orientadoras para o acesso às políticas públicas da juventude rural.	Cartilhas publicadas e divulgadas	MDA e MMIRJDH	
	Elaborar seção de “Perguntas Frequentes” sobre as políticas públicas da juventude rural.	Seção “Perguntas Frequentes” criada, divulgada e atualizada	MDA	
Acesso aos meios de comunicação	Ampliar o número de Rádios Comunitárias no país em 400 novas estações.	Nº de novas estações de rádios comunitárias	MiniCom	
	Publicar novas normas de Radiodifusão Comunitária e Educativa.	Normativa publicada	MiniCom	

#Juv Rural



Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA